

PARECER JURÍDICO - 499/2025

Assunto: Resposta ao Memorando nº 699/2025 - LIC/SEFAZ

RECEBIDO
EM, 18 / 08 / 25
Nelys
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES

1 - RELATÓRIO

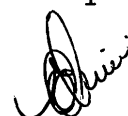
Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 699/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 149/2025**, na modalidade **CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA nº 025/2025, Tipo Maior oferta**, com objeto de concessão dos serviços públicos lotéricos no município de Cataguases-MG, por meio da LOTOCAT - Loteria Municipal de Cataguases, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

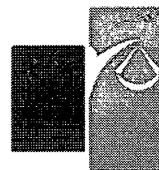
A devida solicitação veio através do CI nº 224/2025 de 11/08/2025, emitido pelo Setor de Compras / SEFAZ - *Secretaria de Fazenda*, assinado pela Chefe do Departamento de Compras, Srª Tábatha Moreira Grôpo, juntamente com a Declaração do Setor Requisitante, assinada pelo *Secretário da Fazenda do Município de Cataguases*, Sr. Tiago Rodrigues de Souza Reis, cumprindo integralmente as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) sob nº 14.133/2021, apresentando ETP, Termo de Referência/Memorial Descritivo, Relatório fotográfico, Planilha Orçamentária, BDI desonerado, Cronograma físico-financeiro.

A proposta solicitada busca a abertura de processo licitatório de CONCORRÊNCIA, com critério de julgamento pela maior oferta pela outorga de concessão de serviços públicos lotéricos, seguindo a estrutura e requisitos estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos vigente, Lei federal 14.133/2021 e demais legislações pertinentes ao caso, se houver.

Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. (grifo nosso)

É a síntese do necessário. Passo a opinar.





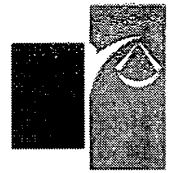
2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A partir da decisão unânime do STF - Supremo Tribunal Federal, que julgou procedente as ADPF's - Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 492 e 493, os serviços de loterias foram declarados como de natureza de serviço público, podendo ser explorados pelos Municípios e, com a sanção da Lei Municipal nº 5.042/2024, o Município de Cataguases foi autorizado pelo Poder Legislativo a explorá-los sob quaisquer das modalidades lotéricas previstas na legislação federal vigente, sendo consumada diretamente pelo Poder Executivo ou, alternativamente, por meio de Concessão, Permissão, Credenciamento ou outras modalidades de contratação ou parcerias previstas em lei, observadas as normas e atos regulamentares pertinentes.

A Portaria Municipal nº 618/2024 instituiu o Comitê Gestor, órgão responsável pela implantação da Loteria de Cataguases-MG e, tendo em vista o potencial vislumbrado de arrecadação para o Município, por meio da exploração dos serviços públicos de loterias, cujo papel social é o financiamento de políticas sociais, a Lei Municipal nº 5.042/2024 (que criou a LOTOCAT - Loteria de Cataguases), estabeleceu em seu art. 5º, incisos I ao VI, a destinação dos recursos captados, excluídas as despesas destinadas ao pagamento de despesas operacionais, prêmios e respectivo Importo de Renda, *in verbis*:

Art.5º - O produto da arrecadação total obtido por meio da captação de apostas ou venda de bilhetes de loterias da LOTOCAT, Loteria de Cataguases, em meio físico ou em meio virtual, incluindo-se os prêmios não reclamados pelos apostadores contemplados, respeitará as obrigatoriedades impostas pela legislação vigente, ao pagamento de prêmios, ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação e à cobertura de despesas de custeio e de manutenção da operação da loteria municipal, sendo o saldo remanescente distribuído segundo as seguintes diretrizes:

- I - 30% (quarenta inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas à Saúde;
- II - 30% (trinta inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas à assistência social e à redução da vulnerabilidade social;
- III - 10% (dez inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas ao esporte;
- IV - 10% (dez inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas à cultura;



V - 10% (dez inteiros por cento) destinados para o custeio de ações e projetos de acessibilidade e de inclusão das pessoas com deficiência ou idosas.

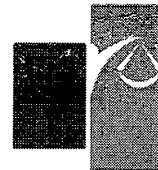
VI - 10% (dez inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas ao Meio Ambiente.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Cataguases-MG, por intermédio da Secretaria de Fazenda, nos termos do artigo 2º e seguintes da Lei nº 5.042, de 09 de agosto de 2024, e conforme os artigos 78 e 81 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021 e o Decreto nº 4.807/2017 - que estabelece o Procedimento de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada - PMI; realizou o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEFAZ - 001/2024, que culminou na elaboração de ESTUDOS (*análise jurídico-institucional, técnico-operacional e econômico-social*) para a operação de serviços lotéricos no Município de Cataguases, resultando em diretrizes, a fim de subsidiar sua modelagem, para sua implantação e desenvolvimento.

A par destes diplomas legislativos, devem ser acrescidas a Lei Federal nº 8.987/1995, que regulamenta o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, em conjunto com a Lei Federal nº 11.079/2004, que estabelece o prazo mínimo e máximo para duração dos contratos de PPP's.

Assim, foi identificada, como imperiosa, a necessidade de promover o desenvolvimento econômico local, a partir da geração de novas fontes de receita e do aprimoramento da gestão publica sendo que, o credenciamento de empresas para a exploração de loterias oferece ao município a oportunidade de aumentar suas receitas sem depender de novos impostos ou investimentos diretos do erário publico, sendo que, o modelo de concessão permite o aproveitamento de tecnologias avançadas para atender a crescente demanda por serviços de apostas online, em conformidade com a legislação vigente, atendendo diretamente ao interesse publico.

Nos termos do art. 186 da Lei nº 14.133/2021 aplicam-se, subsidiariamente as disposições desta, a Lei nº 8.987/95, sendo a modalidade de licitação indicada a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA que, para melhor eficiência do certame na disputa, haverá INVERSAO DAS FASES nos termos do artigo 18-A da Lei 8.987/95, ou seja, a fase de classificação das propostas será realizada antes da fase de habilitação; além disso, o critério de julgamento indicado e o de MAIOR OFERTA PELA OUTORGA



DA CONCESSÃO, nos termos do artigo 15, II do mesmo diploma, seguindo o modo de disputa será aberto.

A saber, o art.18-A da Lei 8.987/1995, incluído pela Lei nº 11.196/2005, trata da possibilidade de inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento em licitações de concessão de serviços públicos. Essa inversão quando prevista em Edital, permite que a análise da proposta mais bem classificada ocorra após o julgamento das demais propostas, otimizando o processo licitatório.

Art. 18-A. O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que:

I - encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

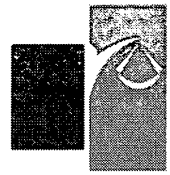
II - verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

III - inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

IV - proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

Importa mencionar que este critério escolhido, é o critério de julgamento para as concessões, especialmente àquelas que envolvem a exploração de bens ou serviços públicos mediante remuneração do particular à administração, é o maior lance ou oferta, significando que a Proposta mais vantajosa para a Administração Pública será aquela que oferecer o maior valor financeiro pela concessão. Tal critério de julgamento ora citado, encontra-se amparo nos termos do art.15, II da Lei Federal nº 8.987/1995, tendo como finalidade a celebração de contrato de concessão com pessoa jurídica habilitada e qualificada para a exploração, em regime de exclusividade dos serviços públicos lotéricos no Município, através da LOTOCAT - Loteria Municipal de Cataguases.

O objeto da contratação possui natureza de bens e serviços especiais (art.6º, XIV, da Lei 14.133/2021) a modalidade adequada para o processamento por meio da **CONCORRÊNCIA**, na sua forma eletrônica, tendo o serviço a ser adquirido enquadrado no critério de julgamento baseado na maior oferta pela outorga de concessão, com fulcro nos termos do **art. 15, II, da Lei Federal 8987/1995, in verbis:**



Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIV - bens e serviços especiais: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

A Lei nº 8.987/1995, dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, vejamos:

Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

II - a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão;

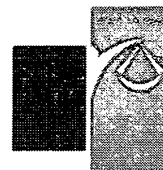
Em razão dessas características, o objeto não pode ser descrito de forma padronizada, tampouco executado mediante critérios exclusivamente objetivos, sendo inaplicável o tratamento de serviço comum, o que justifica a adoção da modalidade Concorrência Pública, com inversão de fases, conforme permitido pelo art. 18-A da Lei nº 8.987/1995.

A licitação será realizada em grupo único conforme termo de referência. O critério de julgamento adotado será o maior oferta pela outorga de concessão, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Em razão da exploração dos serviços lotéricos municipais, a CONCESSIONÁRIA deverá efetuar os seguintes pagamentos ao poder CONCEDENTE:

➤ Outorga fixa: O valor mínimo de referência de **R\$ 121.685,93** (cento e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos), que servirá como lance inicial no certame licitatório, conforme o critério de julgamento de maior oferta pela outorga da concessão, nos termos do art. 15, inciso II, da Lei Federal nº 8.987/1995;

➤ Outorga Variável (Royalties): 5% (cinco por cento) incidente sobre o GGR (**gross gaming revenue**). Importante salientar que GGR é um termo em inglês que se refere a uma métrica para calcular a receita bruta gerada por diferentes modelos de apostas ou ditos



“jogos de azar”, independentemente se são feitos física ou digitalmente, como cassinos e sites estilo “bets”.

Em linhas gerais, o GGR representa o valor total do dinheiro apostado por jogadores, subtraindo o valor total de prêmios e recompensas obtidas por eles, reforçando que o valor não se reflete em lucro, mas sim em receitas, vendas e valores gerais.

3 - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Administração Pública possui a tarefa árdua e complexa de manter o equilíbrio social e gerir a máquina pública, composta por seus órgãos e agentes. Por essa razão, não poderia a Lei deixar a critério do administrador a escolha das pessoas a serem contratadas, porque essa liberdade daria margem a escolhas impróprias e escusas, desvirtuadas do interesse coletivo.

A exigência de um procedimento licitatório busca contornar esses riscos, por ser um procedimento que antecede o próprio contrato, por meio do qual várias pessoas podem concorrer em igualdade de condições e a Administração Pública pode escolher a proposta mais vantajosa, além de atuar na busca do Desenvolvimento Nacional e evitar a contratação do poder público com valores superfaturados e com sobrepreço. Dessa forma, a licitação é um procedimento administrativo prévio às contratações públicas, realizado em uma série concatenada de atos, legalmente distribuídos, culminando com a celebração do contrato. (grifo nosso)

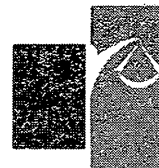
O artigo 37 XXI da Constituição Federal determina que os contratos administrativos seja precedidos de licitação pública, bem como o art. 175 da Carta Magna, ao tratar das outorgas de concessões e permissões, também faz referência à obrigatoriedade de licitar, imposta ao ente estatal.

3.1 - Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, § 1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:



I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. **Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO**. Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

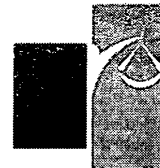
O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do **Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União**:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

7

De certo que, em relação à atuação desta Procuradoria Geral do Município, amparada pela Lei Municipal nº 4.424/17, é importante informar que, embora as observações e recomendações expostas não possuam caráter vinculativo, constituem instrumento em prol da segurança jurídica da decisão a ser tomada pelo administrador público, isto é, a quem é responsável pela avaliação e acatamento (ou não) das ponderações a serem realizadas ao longo do presente parecer.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. (grifo nosso)

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. (grifo nosso)

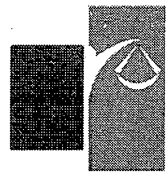
Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração. (grifo nosso)

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;



III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

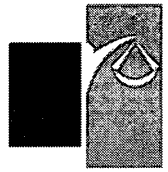
Verificamos pelos documentos constantes dos autos que os procedimentos iniciais para abertura de procedimento licitatório foram corretamente observados. Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, **CONCORRÊNCIA**, conforme dispositivo abaixo transcrito:

Art. 28. São modalidades de licitação: (...)

II - concorrência; (...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.



Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. (grifo nosso)

Ademais, registra-se a inexistência do PAC - Plano Anual de Contratações nesta Secretaria, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, *in fine*:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

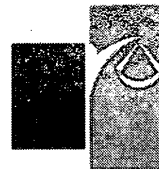
VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Seguindo a análise, verifica-se que o **Termo de Referência** elaborado a partir do Estudo Técnico Preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) **definição do objeto**, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
- b) **fundamentação da contratação**, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
- c) **descrição da solução como um todo**, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- d) **requisitos da contratação**;*
- e) **modelo de execução do objeto**, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
- f) **modelo de gestão do contrato**, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*



- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

Por sua vez, o Estudo Técnico Preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto **no §1º e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021**.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública. (grifo nosso)

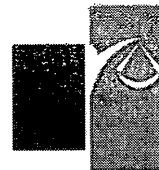
3.2 - Da Minuta do Edital

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, **“independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço,** com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos”. (grifo nosso)

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.compras.gov.br** e **www.cataguases.mg.gov.br**



Integram este **Edital do Processo Licitatório nº 149/2025**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I - Modelo de proposta de preços;
- Anexo II – Minuta de Termo de Contrato
- Anexo III - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO
- Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS
- Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PUBLICO
- Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONOMICA
- Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.
- Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES
- Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR
- Anexo XI - MODELO DE CIÊNCIA
- Anexo XII - Termo de referência
- Anexo XIII - Prova de Conceito
- Anexo XIV - Ofício de abertura
- Anexo XV - Estudo técnico preliminar (ETP) e demandas
- Anexo XVI - Decreto 5.811/2023 (IR)
- Anexo XVII - Lei 4.853/2022
- Anexo XVIII - Lei 4.971/2023
- Anexo XIX - Estudo do valor da outorga
- Anexo XX - Parecer jurídico abertura

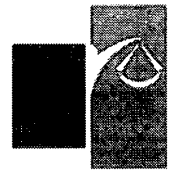
3.3 - Da Minuta do Contrato

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro. (grifo nosso)

Se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação e razão de valor;



II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§1º. Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto o art. 92 desta Lei.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da 14.133/2021, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo a **CONCORRÊNCIA**, o que se encontra em perfeita correção uma vez que se trata pela natureza do objeto, atendendo o disposto no **art.6º, XIV, da Lei 14.133/2021 c/c artigo 6º da Lei nº 14.133/2021**. (grifo nosso)

3.4 - Publicidade do edital e do termo do contrato

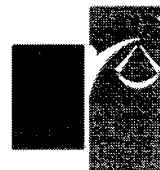
Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os **art. 54, caput e §1º e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública.

4 - DO PARECER

Considerando a justificativa plausível e necessária por parte da *Secretaria de Obras*, buscando e visando a **concessão dos serviços públicos lotéricos no município de Cataguases-MG, por**



meio da LOTO CAT - Loteria Municipal de Cataguases, conforme documentos técnicos anexos ao processo e de grande importância para o Município de Cataguases.

Os documentos acostados, estão em conformidade com o Edital trazido para apreciação e análise prévia, sendo considerado a "lei" interna da licitação, donde define tudo o que for importante para o certame, vinculando os licitantes e a Administração Pública à sua observância. Importante frisar que Edital não é LEI, mas sim, um ato administrativo submetido à lei, devendo ser formulado de acordo com as disposições legais, o que consta deste apresentado.

Ressalte-se que o presente parecer restringe-se aos aspectos legais do procedimento, ausente juízos de valor referentes aos aspectos econômico e técnico, nem da oportunidade e conveniência da decisão adotada, sendo exarado sob o prisma estritamente jurídico, de modo que não compete a este órgão adentrar no mérito das análises de conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Administração Pública, mas, tão somente, sua legalidade, conforme amparo nos termos do art. 53, caput e § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5 - CONCLUSÃO

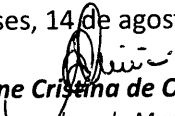
Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, essa Procuradoria opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 149/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação, com fulcro nos dispositivos do art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021 c/c art. 15, II, da Lei 8.987/1995, não havendo óbices para tal.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 699/2025, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

Salvo melhor juízo. É o parecer.

Cataguases, 14 de agosto de 2025.


Elaine Cristina de Oliveira
Procuradora do Município
OAB-MG 137.994